

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS FORMATIVOS E SEUS REFLEXOS NOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS DO PROEB/SIMAVE

Guiomar Damásio Silva Reis/ UNIMONTES

Professora da Universidade Estadual de Montes Claros/M.G.

guiomarsilva73@gm

Vívian Oliveira Leite

Bolsista de Iniciação Científica Projeto Bic Campi

vivianleite.f@hotmail.com

Essa pesquisa insere-se no eixo formação de professores e justifica-se pela crescente inquietação despertada nos acadêmicos da UNIMONTES/ Campus Pirapora, pelos baixos índices de proficiência alcançados por escolas da rede estadual e municipal dos anos iniciais do ensino fundamental nas avaliações externas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), através do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica no período de 2010 a 2014. Seu aporte teórico tem como referência Almeida (2003), Dias Sobrinho (2000), Freitas (2002) entre outros. O estudo do tema torna-se relevante na medida em que se propõe desvelar as contribuições e reflexos da formação inicial e continuada dos professores dos anos iniciais nos índices de proficiência em leitura e conhecimentos lógico-matemático alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas avaliações externas no período letivo de 2010 a 2014, contrapondo estes dados aos resultados das avaliações internas das escolas, como também investigar as formas de apropriação dos resultados divulgados nos boletins oficiais do PROEB pelas escolas. Como objetivos específicos podemos citar: compreender os significados e sentidos atribuídos pelos professores aos resultados das avaliações externas PROEB/SIMAVE; Cruzar os índices de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática obtidos pelos alunos nas avaliações externas (2010 a 2014) com os processos de formação inicial e continuada a que os professores dos anos iniciais do ensino fundamental estão submetidos; Buscar possíveis relações e contribuições entre os processos formativos e os índices de proficiência alcançados nos períodos letivos de 2010 a 2014. Para viabilizar a análise pretendida, será feito uso de dados qualitativos e quantitativos. O trabalho de campo, propriamente dito, será efetivado mediante pesquisas bibliográficas e documental utilizando os boletins oficiais emitidos pelo SIMAVE/PROEB referentes ao período letivo de 2010 a 2014 contendo os resultados das escolas participantes, observação das práticas pedagógicas e entrevista com professores do 5º Ano do ensino fundamental contrapondo-os a observação e entrevista concedidas pelos sujeitos da pesquisa. Após análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados será organizado um relatório conclusivo para socialização e discussão dos resultados da pesquisa com os gestores da rede municipal de ensino, Superintendência Regional de Ensino e diretores das escolas estaduais, professores e acadêmicos envolvidos buscando encontrar alternativas de formação inicial e continuada para os professores e, melhoria da qualidade da educação básica no município de Pirapora/MG. Ao fixar a média seis para 2022, o MEC, como representante do Estado brasileiro, desconsiderou elementos relevantes para avaliar uma educação de qualidade como, por exemplo, o financiamento da educação, a realidade e a diversidade cultural, econômica e social do país, bem como a valorização dos profissionais que atuam na educação e a infraestrutura das escolas. O que foi considerado foram os resultados obtidos pelos países OCDE uma vez que a média seis foi a nota obtida pelos países desenvolvidos, que ficaram entre os 20 mais bem colocados do mundo –, quando estes aplicaram a metodologia do IDEB em seus indicadores educacionais. Cabe, então, alguns questionamentos: será que o investimento em educação, no Brasil,

é o mesmo dos países desenvolvidos? Será que o professor brasileiro e sua carreira profissional são valorizados na mesma proporção que nos países desenvolvidos? A educação é prioridade, de fato, para o governo brasileiro? A partir da análise dos indicadores do IDEB, o MEC oferece apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O MEC dispõe de recursos adicionais aos do Fundo da Educação Básica (FUNDEB) para investir nas ações de melhoria do IDEB. Percebe-se que a política educacional conduzida pelo MEC se apoia muito no culto aos resultados. O Plano de Metas se pauta em orientações da OCDE como, por exemplo: foco na aprendizagem, com ênfase nos resultados; avaliação por mérito, como forma de bônus para professores; e a formação destes, como pilar de sustentação dos bons resultados educacionais. Ou seja, enfatiza-se, nas escolas, um padrão de julgamentos, comparações, competição, em que os índices atingidos justificam o bom ou o mau desempenho dos professores. E o fracasso da qualidade da educação pública passa por um processo de “[...] descentralização da culpa, que recai em última instância na responsabilização das escolas, do corpo docente, dos estudantes e pais” (HYPOLITO, 2010, p. 1343). Nesta lógica, a tendência é o ser humano ser mercantilizado, pois “[...] passamos a avaliar os outros apenas em função do seu desempenho, do seu contributo para o desempenho do grupo ou da organização e não em função do seu valor intrínseco como pessoas. Nesta direção a performatividade é alcançada mediante a construção de informações e de indicadores. Tais resultados acabam funcionando como medida de produtividade, enfatizando-se, por parte dos sistemas de avaliação governamentais, os aspectos negativos, relacionando-os apenas à atuação, ao trabalho e à formação dos professores. Em um primeiro momento, o presente artigo buscou conhecer o objetivos e usos dos resultados das avaliações externas da educação básica em no município de Pirapora/MG, tendo em vista suas relações com a formação de professores. Embora seja relativamente cedo para fazer afirmações mais consistentes sobre essas avaliações e suas repercussões na formação docente, as conclusões iniciais desse estudo mostram o acréscimo no trabalho do professor, a responsabilidade por cumprir um currículo que vise a melhoria dos índices de avaliação da escola, a exemplo do IDEB. Pois as regulações educacionais se pautam, também, pelos processos de avaliação externa que se fazem da escola, pela via dos exames nacionais e internacionais de avaliação. E para dar conta desta nova morfologia do trabalho docente, exige-se uma adequação na sua formação. Percebe-se que o conteúdo transmitido nas escolas ocupa centralidade na agenda da política educacional brasileira via avaliações externas e internas. Nesta linha de raciocínio o fracasso dos índices estatísticos educacionais passa por um processo de “descentralização da culpa”, que recai em última instância na responsabilização das escolas e do corpo docente.

Palavras-Chave: avaliações externas; formação de professores; políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **As Políticas Públicas de Avaliação: Análise da produção científica em periódicos nacionais (1995- 2001)**, Dissertação de mestrado, PUC/SP, 2003.

Brasília: Senado Federal, 1988. BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. **Lei 4.024, 1961**. Disponível em <http://www.pdf4free.com>, acesso em 10/06/2010

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Casa Civil, 2001.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: Ensino Fundamental: Matriz de Referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

_____. **Relatório Pedagógico: ENEM 2007**. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Brasília, DF. 2008.

_____. **Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB** – Maria Inês Gomes de Sá Pestana. et. al. Brasília, DF. 2 edição revisada e ampliada. INEP. 134. 1999. CAED/UFJF. **Matrizes de Referência**. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/simave/matrizReferencia.faces>-acesso 23 set/2009 15:30 h

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Rio de Janeiro: vozes, 2000.

_____. **Campo e caminhos da Avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil**. In: Freitas. L. C. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002. P. 13-62

FREITAS, L. C. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**, Organizador. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. **Eliminação adiada: o acaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino**. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.965 – 987, Especial – out. 2007.

FREITAS, H. C. L. **A (nova) Política de formação de professores: a prioridade postergada**. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.1203-1230, Especial - out.2007.

HYPOLITO, Alvaro Moreira, **POLÍTICAS CURRICULARES, ESTADO E REGULAÇÃO**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010 1337 Disponível em

OLIVEIRA, D, A. F. de, **Uma Avaliação Política do Projeto SARESP**, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, CAMPINAS, SP, 1998